

MAIS SE VIVE
MAIS SE APRENDE
MAIS SE COMPRA
MAIS SE POUPA
NO
Pare Royal

O problema dos transportes

As páginas referentes a transportes e, especialmente, a estradas do ferro, são das mais completas e das melhores da longa mensagem presidencial. Seria mais difícil repetir, quanto a este capítulo, a crítica que ontem fizemos ao que versa sobre a situação econômica do país, do governo não precisar ao Congresso os pontos que julga mais urgentes a atender. A clara e minuciosa exposição sobre as condições atuais das nossas vias de comunicação interna permite-nos um julgamento mais perfeito dos esforços dos últimos anos e uma melhor compreensão do que temos a executar no tempo mais próximo e dentro das nossas imediatas possibilidades financeiras.

O governo defende-se das acusações que nós mesmos lhe formulamos nestas columnas, de que ainda não fez tudo que lhe era ou lhe é permitido para atender à angústia da crise de transportes. É possível que o governo tenha razão. Criticar é mais fácil do que actuar. O que desejamos, quando nos animamos a criticar as falhas da acção oficial nesta matéria de transportes, é frisar perante os altos responsáveis pela administração pública que a crise de circulação interna do Brasil exige uma medicina mais heróica do que os paliativos comuns dos governos brasileiros.

Tanto quanto nós ou melhor do que nós, sabem o presidente da República e o seu ministro da Viação que o problema das estradas do ferro e das estradas de rodagem é o mais premente de todos os problemas do nosso aparelhamento econômico. O phenomeno da carestia da vida nos grandes centros urbanos, que já fez perder a calma ao próprio presidente da República, quando defendeu o ano passado a perpetuação do famoso Comissariado de Alimentação Pública, o phenomeno mais sério, constatado pela mensagem, do estacionamento, em quantidade da nossa exportação, se explicam, sobretudo pela deficiência de transportes. A falta de estradas carroçáveis e o pequeno desenvolvimento da rede ferroviária são realmente os maiores entraves que se oferecem ao desenvolvimento da nossa vida econômica.

Das estradas de rodagem, não cogita a falta presidencial. Da deficiência dos nossos caminhos de ferro, as suas cifras são o mais triste documento. Um país de perto de 10 milhões de habitantes, com 30 mil quilômetros quadrados de superfície e 30 milhões de habitantes, dispõe apenas de 23.197 quilômetros de linhas em tráfego! É possível, pois, esperar um rápido surto de riquezas neste corpo sem artérias? É mais ainda — das próprias linhas existentes, a maior parte não corresponde às suas funções econômicas. Agora as estradas malistas e a Estrada Central, com o seu formidável capital que a mensagem avalia em 500.000 contos, não é fácil citar um caminho do ferro no Brasil cujas condições de tráfego não deixem muito a desejar. O caso da "Auxiliadora" do Rio Grande do Sul, da "Great Western" e da Rede Bahiana se repete, em maiores ou menores proporções em todo o país, nas estradas exploradas directamente pela administração federal, e sobretudo, nas arrendadas a companhias particulares.

O problema dos transportes internos torna, pois, no Brasil, três aspectos diversos — melhoramento das linhas ferreas existentes, construção de novas e abertura de estradas carroçáveis por todo o interior do país, sem falar na navegação fluvial. Evidentemente, só com muito dinheiro pôde o governo atender a qualquer deles. A elevação das tarifas e a construção das pequenas ligações ferreas são excelentes medidas, mas que não bastam para resolver a crise dos transportes; atenuam-na apenas. O que se torna necessário é traçar corajosamente um largo programma de comunicação interna e cumprir-lhe a custa mesmo de sacrificios presentes e futuros do Tesouro. Não seria, entretanto, um erro artigo, que se pudesse discutir à margem da falta do presidente da República todo este sonho de um Brasil patriótico, unido e economicamente redimido pelos trilhos de aço e pelo maciço das estradas de rodagem.

Reflexões...

O CASO DA BAHIA NA MENSAGEM

Ha ainda um caso da Bahia. O longo arrazoado do presidente da República, na mensagem, em relação a este caso, em resposta à crítica de Ruy Barbosa, ao decreto de intervenção, é apenas o aspecto jurídico da questão. Está exposto com a habilidade e a velleza de um consumado advogado.

Ha, porém, outros aspectos do triste caso que o presidente não quiz examinar, como lhe cumpria, na qualidade de supremo magistrado da Nação. São os aspectos moraes.

O sr. Epitácio Pessoa, dando conta ao Congresso Nacional da sua attitudinal constitucional neste triste episodio devia lembrar que a actual situação politica da Bahia fora alçada, oito annos antes, ao poder por intervenção de forças federacs que chegaram a bombardear a sua capital, e que, agora, ainda eram as mesmas tropas que foram emparraladas contra o levante de uma parte da sua população sertaneja, desassistida na sua saúde physica, moral, intellectual e nos seus interesses economicos. Devia ainda dizer o sr. Epitácio Pessoa que os encargos financeiros impostos ao contribuinte com a mobilização de forças, desviadas de seus deveres de guarda das instituições e da defesa do territorio, e dos navios de seus fins de transportes, perturbando a vida da economia nacional, que todos estes encargos foram, degradação, postos ao serviço de uma situação politica desmoralizada no conceito do país, por imputações de improbidade no emprego dos dinheiros publicos; imputação de facil prova no cotejo das fartas receitas do Estado, nestes ultimos annos com o desbarato da sua vida administrativa e financeira e moral.

Uma vez que o sr. Epitácio Pessoa não entendeu assim o seu alto dever, amando deste modo a continuação, em outras regiões, da anarquia politica e da desonestidade nas administrações, devia, ao menos, para não alterar a physionomia moral do caso da Bahia, juntar ao arrazoado os textos

dos accôrds que o general Cardoso de Aguiar, na qualidade de seu agente no acto da intervenção, celebrou com os revolucionarios sertanejos.

Estes documentos confirmam o conceito em que a nação tem os homens que, merced do amparo federal, continuam a dirigir os destinos do infeliz Estado. Não houve humilhação que o sr. Scubra não accetasse para não perder as vantagens materiaes do mundo. As clausulas destes convenios, mais que a linguagem violenta e insultuosa da imprensa e da gente opposicionista, confirmam o que se dizia da ethica deste bando que delapida os haveres e o bom nome de uma terra outrora respeitada.

Para illustrar o que acima dissemos basta transcrever o que diz uma destas clausulas:

"O sr. coronel Octaviano Burgos, aproveitando-se da oportunidade, em nome do sr. coronel Marcelino e no seu proprio, faz um appello ao governo do Estado para que sejam creadas escolas de ambos os sexos em todos os logares, até que satisficam a todas as localidades carentes desta medida, visto como é do analfabetismo que resultam, na maioria dos casos, as lutas intestinas, porque os governos que tem tido o Estado e os prepostos nas localidades têm abusado da ignorancia das populações ruracs. Outrosim, espera que os poderes publicos cuidem oportunamente dos meios de transportes indispensaveis a uma zona rica como os sertões bahianos, que tem vivido no mais absoluto descaço, construindo vias ferreas que ligem o centro ás margens do rio S. Francisco e á capital, com ramacs para as cidades litoraes, abriro igualmente estradas carroçaveis onde não seja possível a construção de vias ferreas."

O que não quiz dizer o sr. Epitácio Pessoa, na exposição do caso da Bahia, como supremo magistrado da nação, disse o sertanejo meio letrado, mas de visão clara, dos erros e dos crimes dos nossos dirigentes.

X. Z.

A JUSTIÇA FEDERAL

O interesse com que temos tratado da organização da justiça federal e da morosidade do seu processo, ainda embarçado pelas mais inúteis volubridades, justifica a nossa volta ao mesmo assumpto, no momento em que recomeçam os trabalhos legislativos do corrente anno. O proprio sr. presidente da Republica, a quem não são desconhecidas as formalidades injustificaveis que entorpecem a acção prompta da justiça, acaba de lembrar, no documento dirigido ao Congresso Nacional, a necessidade de simplificar o processo federal, em attenção aos reclamos constantes que se vêm fazendo.

Em nossa pensar, já tantas vezes manifestado nestas columnas, uma das providencias mais uteis, com que realmente se pôde attizar a morosidade dos feitos, está na instituição dos tribunaes regionaes, contra os quaes infelizmente, em nome dos principios constitucionaes estreitamente interpretados, se tem levantado a opinião de grande numero de nossos legisladores.

Não ha muito, a fim já da legislação passada, se levantou, no seio das Camaras Legislativas, forte campanha contra a instituição desses tribunaes regionaes, em cuja adopcão inconstitucionalmente está o melhor e o mais seguro remedio para o retardamento, com que caminham os processos na segunda instancia federal.

Deante do Supremo Tribunal, a que se levam, em grau de recurso, causas sem conta, o trabalho assumptuamente se acumula, desafiando o esforço e a capacidade do qual quer dos seus membros, mesmo dos que exclusivamente se dedicam ao seu alto ministerio. E as causas de terminantes desse congestionamento de questões, á espera, durante largo prazo, de julgamento, estão, não só no facto de hoje exclusivamente existir o Supremo Tribunal como no facto de o mesmo Tribunal com um numero de membros constitucionalmente fixado, mas principalmente no augmento da população do país, na multiplicação das relações sociais e das comunicações.

E, pois, natural que, dado o concurso de todos esses factores e a ampla competencia do Supremo Tribunal, no qual, hoje em dia, entram as mais variadas questões, procedentes de todos os pontos do país, se dê grande retardamento na decisão dos processos. E desse tão grande retardamento só podem decorrer consequências prejudiciaes: umas que injustamente põem em duvida a diligencia dos ministros da nossa suprema corte, covoredo, assim, para diminuir o seu necessario prestigio, e outras que profundamente perturbam a vida social, em cujo meio se distribue morosa justiça.

Por todas essas razões, convencidos de que eram urgentes medidas e providencias legislativas, apolamos, logo que ella foi apresentada ao Senado, a emenda do sr. Adolpho Gordo, pela qual se instituiam, na organização da justiça, os tribunaes regionaes, em que tiram terminiar, irreversivelmente, muitas questões que hoje chegam ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal.

Infelizmente a emenda Adolpho Gordo não se reservou bom sortio. E' verdade, porém, que mesmo os que se oppuzeram a essa emenda só o fizeram em nome da nossa lei basica, e não porque desconhecemos inteiramente os grandes males, que ella procura do todo sanar com suas acurriadas providencias. Alguns juristas, deante da necessidade de des congestionar o Supremo Tribunal, reclamam mesmo a reforma da Constituição Federal, só com o que julgam possível a admissão, em nossa organização judiciaria, dos tribunaes regionaes. Mas o movimento em tal sentido, esboçado apenas em largas

e indecisas linhas, será tão retardado, pelo interesse immediato de varias correntes politicas, que não se pôde delle esperar o remedio necessario para um mal já premente.

Em nossa opinião, tantas vezes emitida, a criação de tribunaes regionaes não violenta o espirito da Constituição; antes, nelle encontra inteiro acolhimento, como demonstram a boa hermenutica e a opinião de um numero apreciavel de bons juristas. Pretendem os oppositores a criação dos tribunaes regionaes que, tendo a Constituição, de modo generico e amplo, estabelecido, no n. 11 do art. 59, que ao Supremo Tribunal cabe julgar, em grau de recurso, as questões resolvidas pelos juizes e tribunaes federaes, dellas não se pôde legitimamente exceptuar nenhuma, para fazela decidir, com a possibilidade de recurso, nos tribunaes projectados.

A leitura do dispositivo constitucional, sobre o qual os oppositores aos tribunaes regionaes levantam a sua argumentação de apparencia convincente, mostra, desde logo, que o seu teor é daquelles que merecem ser regulamentos por lei ordinaria. Nelle absolutamente se não encontra um limite, uma prohibição á acção da lei ordinaria; apenas se enuncia uma norma geral, á qual se podem, com procedencia, oppor as excepções recomendadas pela pratica e pelos relevantes interesses sociais. Não se podia mesmo admitir que ao espirito do legislador constituinte não acudisse, para logo, a necessidade de crear outros tribunaes, á moda do que se tem feito nos Estados Unidos; e isso porque o Supremo Tribunal, com um numero de juizes constitucionalmente limitado e erigido em unico tribunal de recurso, havia de immediatamente se mostrar incapaz de attender ás crescentes necessidades sociais, nascidas do desenvolvimento economico e commercial do país.

E foi por ter presente esse facto, que não reclamava, aliás, extraordinaria visão das coisas, que o legislador constituinte, no art. 55 da constituição republicana, deu ao Congresso a attribuição de crear juizes e tribunaes federaes. Essa opinião, que, sem restricção, nos suffragamos, tem em seu apoio muitos dos nossos melhores juristas, entre os quaes alguns dos membros de nossa Suprema Corte. Não vemos, pois, nada que justifique o melindre constitucional dos nossos legisladores, que querem oppôr, á viva força, á vida do país, aos seus mais relevantes interesses, os frios dispositivos da Constituição Federal, mormente contrariando a sua letra, a sua índole, o seu espirito.

Tiremos dos artigos da nossa lei fundamental todas as suas consequências logicas e legitimas, dentro das quaes bem se podem comprehender os tribunaes regionaes. Se o Congresso attender á suggestão do sr. Epitácio Pessoa, constante da sua primeira mensagem, para o effecto de melhorar a nossa organização judiciaria federal e o respectivo processo, deverá começar pela instituição dos tribunaes regionaes.

ASSUMPTOS ECONOMICOS E SOCIAES

O CONSELHO ECONOMICO DO TRABALHO (3)

Quanto aos primeiros trabalhos que o Conselho empreenderá, foram elles rapidamente enumerados na sessão de abertura (vdo O JORNAL do 3 e 6 deste). Em principio, todas as sessões devem pôr-se em trabalho simultaneamente: um prazo, relativamente curto lhes será dado para offerecer as primeiras conclusões, desde o momento, as questões que serão estudadas com mais brevidade são as do abastecimento geral e as das finanças publicas.

Sem duvida, o Conselho Economico do Trabalho não se reconhece nenhum poder de execução; mas elle bem comprehende quando á sua tarefa de propaganda por intermedio da parabolica de Saint-Simon o fazer ver que a criação de uma Federação de produtores e de technicos, tal como é o Conselho Economico do Trabalho, permite esperar mudanças mais radicais na nossa existencia que a formação dos poderes publicos, camaras, presidencia, etc., que se constituam ou venham a constituir-se sobre modo antigo e cuja efficaçia pôde ser hoje posta em duvida.

Todavia, a ambição do Conselho Economico do Trabalho, pôde apparecer como muito vasta. Elle julga substituir não sómente os poderes publicos nacionaes hesitantes, pensa tambem regular, por sua influencia, o governo internacional da Sociedade das Nações. A sua confiança assenta na capacidade de gestão economica de todas as classes de produtores e na sua convicção da necessidade de applicar hoje no governo dos povos o na administração das classes principios de justiça social cujo obvio provocou a guerra e as revoluções que os ultimos nos infligiram.

E' verdadeiramente uma obra de salvaguarda publica que elle pensa realizar e que um grande numero de consciencias julgam necessaria, qualquer que seja o angulo politico, religioso ou social sob o qual ellas apreciam a vida contemporanea.

Entre estes grupos que delegaram as suas representações ao Conselho Economico do Trabalho, ha sem duvida alguns homens cuja esperança é a vida de uma revolução immediata, e que uma transformação rapida e completa da sociedade illumine o espirito, mas ha outros o que constituem, talvez, a maioria, que sabem que nenhuma transformação é possível sem um estudo preliminar aprofundado e não é viavel sem um esforço perseverante, que a sua só geração possa levar até o fim.

Acreditamos poder dizer, diz o sr. Roger Pleard, que é preciso confiar no Conselho Economico do Trabalho, porque a sua criação foi maduramente reflectida por homens habituados a não dissimular as difficuldades de sua empresa, porque elle é composto, por assim dizer, inteiramente de trabalhadores energicos seguros de suas doutrinas como do seus methodos, enfim, e principalmente, porque elle faz appello á colaboração de todos, naquillo que cada homem tem de mais nobre: a razão, o espirito de justiça e o amor da verdade.

Não se poderia melhor exprimir esta convicção do que a expoz o sr. Jousiaux quando pronunciou estas palavras deante das numerosas personalidades reunidas para assistir á inauguração do Conselho:

"Esperamos que uns e outros, que todos hoje affirmam a sua vontade de pertencer á grande familia operaria, que é a Confederação Geral do Trabalho, e saberão assim que a divisa desta grande familia operaria é a "Verdade", e que vir a não é tomar o compromisso de só exprimir a verdade e de só empreender uma obra conforme os interesses da collectividade."

2 milhões de syndacados; a Federação das Cooperativas, porto de tres milhões de consumidores; a Federação dos Funcionarios, quasi 600.000 de titulares de uma parcela de autoridade publica; a União Syndical dos Technicos do Commercio e da Agricultura, um grupo menos importante pelo numero, mas muito influente pela competencia e situação de seus membros; e que todos estes grupos, por uma acção concertada, são mais capazes de modificar pela base a organização economica da sociedade e as relações existentes sobre este terreno entre as suas diversas classes.

Poder-se-ia retomar aqui, sob outra fórma, a audaciosa e memoravel parabolica de Saint-Simon o fazer ver que a criação de uma Federação de produtores e de technicos, tal como é o Conselho Economico do Trabalho, permite esperar mudanças mais radicais na nossa existencia que a formação dos poderes publicos, camaras, presidencia, etc., que se constituam ou venham a constituir-se sobre modo antigo e cuja efficaçia pôde ser hoje posta em duvida.

Todavia, a ambição do Conselho Economico do Trabalho, pôde apparecer como muito vasta. Elle julga substituir não sómente os poderes publicos nacionaes hesitantes, pensa tambem regular, por sua influencia, o governo internacional da Sociedade das Nações. A sua confiança assenta na capacidade de gestão economica de todas as classes de produtores e na sua convicção da necessidade de applicar hoje no governo dos povos o na administração das classes principios de justiça social cujo obvio provocou a guerra e as revoluções que os ultimos nos infligiram.

E' verdadeiramente uma obra de salvaguarda publica que elle pensa realizar e que um grande numero de consciencias julgam necessaria, qualquer que seja o angulo politico, religioso ou social sob o qual ellas apreciam a vida contemporanea.

Entre estes grupos que delegaram as suas representações ao Conselho Economico do Trabalho, ha sem duvida alguns homens cuja esperança é a vida de uma revolução immediata, e que uma transformação rapida e completa da sociedade illumine o espirito, mas ha outros o que constituem, talvez, a maioria, que sabem que nenhuma transformação é possível sem um estudo preliminar aprofundado e não é viavel sem um esforço perseverante, que a sua só geração possa levar até o fim.

Acreditamos poder dizer, diz o sr. Roger Pleard, que é preciso confiar no Conselho Economico do Trabalho, porque a sua criação foi maduramente reflectida por homens habituados a não dissimular as difficuldades de sua empresa, porque elle é composto, por assim dizer, inteiramente de trabalhadores energicos seguros de suas doutrinas como do seus methodos, enfim, e principalmente, porque elle faz appello á colaboração de todos, naquillo que cada homem tem de mais nobre: a razão, o espirito de justiça e o amor da verdade.

Não se poderia melhor exprimir esta convicção do que a expoz o sr. Jousiaux quando pronunciou estas palavras deante das numerosas personalidades reunidas para assistir á inauguração do Conselho:

"Esperamos que uns e outros, que todos hoje affirmam a sua vontade de pertencer á grande familia operaria, que é a Confederação Geral do Trabalho, e saberão assim que a divisa desta grande familia operaria é a "Verdade", e que vir a não é tomar o compromisso de só exprimir a verdade e de só empreender uma obra conforme os interesses da collectividade."

BOLETIM O BRASIL E AS GUYANAS

Os Estados Unidos e os seus credores — Vantagens da paz — Artigos da revista — As Guyanas — os interesses do Brasil — O direito da preempção e as suas vantagens.

I. A PAZ SOB O PONTO DE VISTA AMERICANO

A pessoa nenhuma passou desapercibido o facto de terem saído da grande guerra, sem conquistas novas nem vantagens materiaes de importância, os Estados Unidos que entretanto soffreram mais de 300.000 baixas e perderam 77.000 soldados. A unica compensação obtida foi permittir, pelo seu valioso auxilio, o estabelecimento no mundo, de uma ordem politico-economica, mais favoravel aos seus legitimos interesses. Isto mesmo a nova ordem das coisas não tem por si a aprovação do Senado.

Este inconspicuo desinteresse dos Estados Unidos, é inútil dizer, não teria sido tão evidente, se, á frente da nação americana, se tivesse achado, durante o conflicto, um estadista como Roosevelt. No momento da paz, um presidente de sua escola não se teria contentado do papel ingratuito de mediador e de arbitro mais ou menos attended. Uma paz "não de mercador, mas de rei", talvez contristasse um Luiz XV, o papel de "honesto corretor", assumido por um Bismarck, no Congresso de Berlim, talvez conviesse a quem nada tinha arriscado; mas os imensos sacrificios feitos pelos Estados Unidos lhes deram direito a muito mais do que na realidade tomaram, bem que viesse esta attitudinal confirmar o desinteresse e a sinceridade do seu gesto.

Roosevelt teria aproveitado para fortalecer a sua posição no Pacifico, para alliviar as potenciaes europeas das preoccupações que lhes pôdem causar as suas colonias da America Tropical. Hoje seriamos provavelmente vizinhos e limitrophos dos Estados Unidos, pelas Guyanas britannicas e francezas, estaríamos na situação que Rio Branco soube evitar na questão do Acre.

Estas supposições não são de pura fantasia. Jornaes de responsabilidade já mencionaram o facto. Ainda a 29 de março do corrente anno, escrevia o "Independent", revista semanal democratica, de Nova York: "A possibilidade de adquirir territorios tropicaes na America, hoje ainda occupada por potenciaes europeas, está actualmente chamando a nossa attenção, mais do que nunca, por causa da oportunidade da expansão que se offerece de lado. Emprestatos bilhoes á Grã-Bretanha e á França, dos quaes nem podemos esperar juros, e estes governos acceitariam com prazer a nossa proposta de liquidar parte das suas obrigações pela transference para os Estados Unidos, com o consentimento das populações indigenas, dos possesores que lhes são do pouco proveito, mas que para nós teriam infinitavel valor."

Falando da Guyana Britannica, escreve na mesma revista o sr. A. G. Sherry: "Se pudessemos construir uma estrada de ferro através da Guyana até o Brasil, despertariamos assim ambas as regiões. Mais perto nos acharemos do Brasil, melhor seria para ambos."

Provavelmente mais do um "businessman" americano já pensou do mesmo modo, e com certa razão. A hypothese é realizavel e a occasião é tentadora.

II — OS INTERESSES DO BRASIL NO CONTINENTE

As relações de amizade que nos prendem aos Estados Unidos e os serviços incontestaveis que, por varias vezes, nos têm prestado, não devem, porém, nos impedir de ver as coisas como são, sem desmesuradas apprehensões e sem optimismo excessivo. Antes de tudo, é innegavel o direito que têm os Estados Unidos de facilitar á Europa a execução de seus compromissos. A solução já um vez suggerida, de fazer o pela transference de empresas britannicas e francezas para a America do Sul, era prejudicial aos interesses europeus no nosso continente, o como tal sempre foi rejeitada pelos capitalistas interessados. Mas a cessão de colonias, mal exploradas e pouco rendosas, é questão diferente; para ambas as partes e para as proprias colonias seria bom negocio. Só para nós, brasileiros, é que o negocio é talvez pouco acertado.

Ora se, por uma razão ou por outra, as nossas portas, se trafiquem territorios, sobre os quaes alás, já reivindicamos, em passado não remoto, direitos de soberania, se não nos convem sejam alienadas terras sul-americanas para nações que não per-

tencem á America do Sul, é natural que cogitemos em assumir quanto antes a sua administração, que não permitta envolver o futuro.

Deinto da tão falada doutrina de Monroe, já archaica, e imprecisa, ha lugar para uma outra "doutrina do Monroe", mais circumscripta e mais clara. Toda e qualquer declaração que poderia ser interpretada como uma offensa gratuita aos Estados Unidos deve ser cuidadosamente evitada, mas nada se oppõe a que, lealmente e abertamente, entabulemos conversações sobre o assumpto.

A moderação democratica do governo americano não é instituição eterna. A situação da Europa é tal que ninguém pôde dizer o que será o dia de amanhã, sobre o ponto de vista politico-economico. Seria bom tomarmos necessárias precauções, para não nos acharmos, do dia para a noite, deante de um facto consumado que talvez não seja conforme aos nossos interesses.

III — UM DIREITO DE PRE-EMPENÇÃO

Entre as medidas mais acertadas que, á primeira vista, parecem compatíveis com os nossos interesses internacionais, destaca-se a aquisição por negociações com a França, a Grã-Bretanha e a Hollanda de um simples "direito de preferencia", na forma juridica do direito que por accordo directo com a Belgica, em 1895, a França conservou até 1910, sobre o Estado do Congo.

Este direito de preempção que o Brasil poderia ter sobre as Guyanas seria obtido mediante concessões nossas em outras espheras. O nosso direito de preempção não viria do modo nenhum prejudicar os interesses americanos, o estadista nenhum, por mais imperialista que fosse, poderia levar a mal este acto do Brasil. O direito de preempção faria com que a transference das Guyanas para outra potencia não seria notificada, para em equaldade de condições, fazermos uso ou não da faculdade de adquirir os ditos territorios.

A principal objecção é o desmorboso pecuniario que a aforação representaria, caso usassemos do direito de preferencia. Mas a compra das Guyanas não é a solução que deve ser unicamente tomada em consideração.

IV — AS VANTAGENS DO DIREITO DE PREFERENCIA

As vantagens de um accordo internacional nos garantindo o direito de preempção de aquisição ou preempção são das ordens seguintes:

1. Teriam por fim nos assegurar que, em qualquer hypothese, a solução do caso não nos viria surpreender desprovidos das medidas de precaução que pôdem ditar os nossos interesses vitaes. O nosso direito obrigaria os interessados a nos consultar na hora em que as negociações teriam alcançado uma solução viavel.

2. No caso hypothetico do estarmos naquella data credores de potenciaes interessadas ou apparelhadas para aproveitar da oportunidade, a occasião não seria fatalmente perdida. Se fosse necessario, um emprestimo nos proprios Estados Unidos nos viria facilitar a solução, mediante compensações especiaes a favor dos nossos credores, os americanos, salvaguardando apenas os nossos direitos de soberania.

3. Caso arribassemos mão da faculdade que teriamos, poderíamos fazer-o mediante um accordo especial com os Estados Unidos, accordo este que nos viria garantir certos direitos e privilegios nos territorios alienados.

4. Caso nenhuma vantagem do orden economico ou de ordem politica fosse por nós reivindicada, teriamos pelo menos manifestado o nosso desejo de ver as questões sul-americanas submettidas á nossa chancellaria, quando relativas a territorios limitrophos do Brasil. Não sairíamos dos moldes consagrados pela nossa politica tradicional.

Não contestamos aos nossos amigos e aliados o direito de expansão economica, mas não é que, á iniciativa politica em nosso continente, em nossas fronteiras, temos pelo menos o dever do nos interessar aos acontecimentos, mas por isso não deixaremos de considerá-los os nossos maiores amigos.

Delgado do CARVALHO.

VEIU TARDE



(De OSWALDO)

— Sim; eu vi tudo. O touro na frente em disparada e o povo correndo atrás!

— E não o cercaste?

— Não foi possível. Era que... noite; já tinha corrido a loteria...

O JORNAL DOS JORNAES IDEAS DE HONTEM

"O PAIZ"

"A mensagem o Exército."

Nunca foi tão grande a actividade reformadora, nem melhor aproveitados os esforços e a boa vontade da officialidade do que nestes mezes da reorganização final da nossa defesa nacional. E se quem examinou tudo o que se tem feito, e que a mensagem expõe, com tanta minuciosidade, chega, forçosamente, a conclusão de que essa admiravel actividade reformadora tem sido muito favorecida pela situação creada por uma equillibrada distribuição de funções entre o Ministerio e o Estado-Maior. Ao primeiro cabem, apenas, a parte politica da direcção, em que se exerce o vanto do chefe do Estado, como supremo comandante das forças armadas da Republica, e o encargo da obtenção dos recursos financeiros para a execução dos planos do Estado-Maior. A parte politica, libera o campo para a acção, com inteira liberdade de accção, dos problemas propriamente technicos.

Neste regimen tão vantajoso, estamos realizando a grande obra de preparação da defesa nacional. Com o auxilio da missão franceza, cujo contrato foi firmado pelo actual governo e para o qual too velletoza foi a intervenção pessoal de illustres ar. Calogeras e nosso Exército está entrando na phase de maior efficaçia até hoje por elle attingida. Graças ao regimen dos ministros civis, a acção dos militares francezes é muito facilitada, porque entre o Estado-Maior e a missão ha todo o trabalho da reorganização do Exército. Mas a vida não se resume a mais simples, devido ás excellentes relações profissionais a pessoas que sempre existiram e continuam a existir entre os illustres generaes Bento Ribeiro e Gamelin.

"CORREIO DA MANHA"

Assistencia e membros delinquencia e abandonados.

Pela primeira vez, parecendo, um presidente da Republica, dos Estados Unidos do Brasil se dirige ao Congresso Nacional, pedindo leis acurriadas para o futuro das pessoas delinquentes e abandonadas. Faltava

tambem ao sr. Epitácio Pessoa essa innovação, essa franca expozição de um grande problema nacional. Não é que, no decurso dos quadrennios anteriores ao actual, a imprensa não tenha revelado factos eloquentes, numerosos, de crimes abandonados, que a sociedade não se recolha, quem as zule, quem as alimente, quem as vista, e que apenas tem visto escancarado deante de seus passos o tremendo que os subterfugios e o por uma discussão serena e sciente da materia.

E continúa:

"É absolutamente certo que nos tem faltado acção dos poderes publicos á iniciativa particular, aliás, que a esta se deve alguns males da pouca que existe."

Tudo isso que possamos, porém, é pouquinho para a quantidade de crimes que carecem de preempção.

Ha poucos annos, o senador Alcides Guanabara apresentou ao Senado um projecto de lei de assignação á infancia. E' um trabalho de fôlego, visando o importante problema sob varios aspectos. Diz-se que elle tem defeitos. E' possível. Mas esses defeitos seriam corrigidos por um estudo aprofundado e por uma discussão serena e sciente da materia.

Ninguém cogita de tal. O projecto foi tirado para o canto; e com all a ficção sob as camadas de pedras que se acumulam por cima do enorme papelario que enche o arquivo do Senado.

Apelles nunca o liam e se de oitavo teriam conhecimento de que elle existe.

A verdade, porém, é que a assistência á infancia não é coisa que garanta alguma coisa, que assure realidades individuais, tanto mais que no Brasil não existe aquella moda com que são compensados nossos crimes e os que os crimes da bem consagrada accção e a natureza."

A. HALLIDAY

ditos: Ourives 88 S. Pedro 82 e 7
de Setembro, 61 e 81 (B 386)

monstrações dos saldos das despesas empenhadas e não pagas, instituído-se, assim, no Tesouro, registro "a posteriori".

O major Getúlio respondeu agradecendo.

— Per comunicação telegraphica

Rio de Janeiro

- Telephone 65, Norte (C 1725)

A. HALLIDAY

(B 386)

do-se, assim, no Thesouro, regis-
trando-se "a posteriori".

— Por comunicação telegraphica.

10

(C 1725)

(C 1725)

